
Violências e representações de gênero no cotidiano escolar

Maria Aparecida Souza Couto

Mestranda em Educação – Núcleo de Pós-graduação em Educação – UFS
cidabasc@hotmail.com

A violência na escola está atrelada às relações de gênero, pois, em geral, é praticada por meninos/rapazes dirigida às meninas, evidenciando a masculinidade violenta. Desvendar, sob a perspectiva de gênero, a expressão da violência no cotidiano escolar, as implicações/barreiras na construção da identidade de gênero e da cidadania plena de alunos das escolas estaduais, é o objetivo deste estudo. O “estudo de caso”, a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas, realizadas com a amostra não-probabilística intencional, ampliam a compreensão do fenômeno, além de contribuir para a construção da identidade de gênero de alunos da escola estudada. Resultados parciais revelam, nas primeiras séries do ensino, representações de gênero que estimulam a violência contra as meninas. O envolvimento da escola no entendimento dessa questão e a adoção de práticas pedagógicas que considerem a violência no manejo dos conflitos são considerados fatores fundamentais à formação de estilos de masculinidade não-violentos e equânimes em relação ao feminino e às minorias sexuais.

Palavras-chave: Cidadania. Cotidiano escolar. Cultura. Gênero. Violência.

1 Introdução

Fenômeno complexo e multicausal, a violência vem permeando, de forma significativa, as relações escolares, causando impacto e danos no processo educativo, atingindo agressores, vítimas e testemunhas, contribuindo para romper com a idéia de escola como lugar seguro, de disseminação do conhecimento, de formação do ser, veículo, por excelência, do exercício e da aprendizagem da ética e da comunicação por meio do diálogo e, portanto, antítese da violência.

Percebe-se que, freqüentemente, essa violência é dirigida às meninas. Por terem sido, culturalmente, representadas como frágeis, tornam-se alvos preferenciais dos meninos que as agridem utilizando os diversos tipos de linguagem da violência, desde a ameaça até socos e tapas. Em geral, as meninas são tratadas com pouco respeito, de modo jocoso, por meio de apelidos e palavras grosseiras de cunho sexual. A autora deste artigo, que apresenta dados referentes à fase exploratória do projeto de pesquisa com vistas à obtenção da pós-graduação *strictu sensu* do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, objetiva desvendar, sob a perspectiva de gênero, a expressão da violência no cotidiano escolar e suas implicações/barreiras na construção da identidade de gênero e da cidadania plena de alunos das escolas estaduais.

As pesquisas a que se teve acesso (ABRAMOVAY, 2002; CANDAU, 2001; COLOMBIER, 1989; MARDONES, 2004; ZALUAR, 1992), ou retratam o cotidiano violento das escolas e suas implicações na socialização dos alunos, ou constituem estudos sobre a indisciplina. Não se propõem, portanto, investigar como a escola tem lidado com as violências

presentes no seu dia-a-dia e nem apresentam sugestões para o enfrentamento dessa situação. Apesar de tudo, os trabalhos que investigam a violência na escola vêm sendo realizados pelas disciplinas ligadas às Ciências Sociais.

Na área da Educação, porém, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos voltados para a temática da violência na escola, na tentativa de melhor entendê-la, instrumentando tanto escola quanto comunidade para um enfrentamento condizente com a realidade apresentada. A pesquisa, ora em curso, pretende contribuir para suprir essa lacuna buscando identificar a expressão da violência nas escolas, tendo o gênero como uma das categorias de análise.

2 Desenvolvimento

2.1 Considerações sobre a violência

São inúmeros os significados imputados à palavra “violência”. Entende-se que o seu reconhecimento ocorre de acordo com o contexto em que vivem as pessoas, as condições históricas e culturais nas quais estão inseridas. Michaud (2001) propõe uma definição de violência na qual, além de voluntária, dá conta tanto dos estados, quanto dos atos de violência:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações

simbólicas e culturais. (MICHAUD, 2001, p. 11).

O autor alerta que a violência é associada ao imprevisível, ao desregramento absoluto. Por isso, não é de surpreender a dificuldade em defini-la, pois envolve a idéia de uma distância em relação às normas e às regras que governam as situações ditas naturais, normais ou legais. Assim, como definir “[...] o que não tem nem regularidade nem estabilidade, um estado concebível onde tudo ou qualquer coisa pode acontecer?” (MICHAUD, 2001, p. 13).

Situa a mídia, um dos traços mais característicos das sociedades desenvolvidas contemporâneas, devido à carga de ruptura e de apelo visual que veicula, como uma das principais fontes alimentadoras da violência. Neste aspecto, o autor salienta que os meios de comunicação priorizam as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes, em detrimento das comuns, banais e instaladas. Destaca que a relação das pessoas com o mundo passa pelas imagens e pela sua resignificação e que a mídia, ao banalizá-las como meros retratos da sociedade, contribui para tornar a violência irreal. Essa concepção acaba sendo absorvida pelos jovens que reproduzem naturalmente esse comportamento incorporando-o ao cotidiano (MICHAUD, 2001).

Esse fato é especialmente danoso para a formação da identidade desses jovens, pois, na vivência desse cotidiano, estão propensos à interação ideológica que, segundo Zaluar (1992, p. 25), não se dá apenas entre contatos interpessoais, mas “[...] envolve todas as idéias em circulação, principalmente através da mídia, mantendo a tensão e o conflito entre as idéias, mudando-as no processo e sustentando práticas as mais diversas, inclusive as institucio-

nais.” Candau (2001) adverte que a naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa reforça a banalização da violência, gerando uma cultura do medo, da desconfiança, da competitividade, da insegurança, da representação do outro como inimigo, permeando as relações sociais e interpessoais, cada vez, com maior força.

O agir violentamente permeou o cotidiano das sociedades antigas. Elias (1990) nos mostra como os sujeitos atravessaram os séculos num processo, por ele chamado civilizador, que acompanhou as mudanças ocorridas na sociedade, modificando a estrutura do comportamento humano. Paulatinamente, foi surgindo uma regulação dos impulsos e um controle mais complexo da conduta, instaurando-se as boas maneiras e a polidez, em que se vê o refinamento se desenvolver e a agressividade se amenizar.

Em Hannah Arendt (1994), encontramos a distinção entre poder, violência, força vigor e autoridade. Para ela, a violência é eminentemente instrumental, necessita de implemento, enquanto o poder é obra de conjunto, de grupo, pressupõe a concordância para que tenha legitimidade. O poder é resultante da capacidade interativa do homem para agir em comunhão; isso, na essência, requer o consenso de muitos para a efetividade comum da ação. Nesse contexto, poder e violência são diametralmente opostos, ou seja, a existência absoluta de um equivale à ausência do outro. A violência floresce onde o poder perdeu sua força, pois é a antítese do poder, em razão disso, a utilização de meios violentos pressupõe a falência do exercício do poder.

Ao discorrer sobre a violência, Hannah Arendt desvenda o potencial cultural pelo qual esse fenômeno é permeado. Segundo ela, é impossível se pensar a história e a política e ficar

“alheio ao papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos”:

À primeira vista é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. [...] Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas, ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que visam apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram sempre fortuitos, nem sérios nem precisos, ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal. (ARENDRT, 1994, p. 16).

Nessa linha de reflexão, Michaud (2001) corrobora com Arendt (1994), afirmando:

A violência não é mais negada e recalçada e sim reconhecida como problema que pede soluções e remédios. Ela faz parte dos fenômenos submetidos à regulação social. Por isso podemos nos indignar pelo modo cínico e desencantado como as sociedades contemporâneas fizeram da violência um instrumento banal e submeteram-na ao cálculo, à gestão e ao controle; mas também podemos nos espantar de seus recursos sempre renovados para

controlá-la, neutralizá-la, redirecioná-la, utilizá-la e, freqüentemente, reduzi-la (MICHAUD, 2001, p. 113).

Na verdade, é como se a violência tivesse sido incorporada historicamente ao *habitus* do homem moderno, tornando-lhe cínica a consciência, acomodado e indiferente diante de todo tipo de atrocidade e afrontas éticas.

A violência, em suas diversas formas de expressão, tem invadido o cotidiano da sociedade brasileira, seja no plano das instituições que diariamente violam a ética e os direitos do cidadão, numa sociedade tida como democrática, seja no trânsito, no consumo e no tráfico de drogas, contra mulheres, crianças e idosos, entre tantas outras, revelando situações de total desrespeito às leis e normas vigentes e aos seus semelhantes.

2.2 Refletindo sobre a violência

Investigação realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 13 unidades da Federação e no Distrito Federal apresentou um extenso mapeamento e análise do fenômeno da violência nas escolas objetivando a sua compreensão, bem como o desenvolvimento de propostas para mudar o quadro de degradação das relações humanas e sociais, predominante em alguns estabelecimentos de ensino. O Estado de Sergipe não participou desse mapeamento. Os dados colhidos, nesta pesquisa, transformaram-se em livro¹ hoje, uma das referências que subsidia a compreensão da violência nas escolas brasileiras. A pesquisa da UNESCO destaca, entre outros aspectos, que o fenômeno da violência alcança cidades médias e regiões menos industrializadas e não é evitado por meio de medidas de segurança interna implantadas nos

estabelecimentos, revelando-se um problema a ser enfrentado conjuntamente pela sociedade, com vistas a reconduzir-se no caminho da socialização pacífica.

Segundo Moreira (2002), os estudos que têm sido realizados sobre a escola procuram enfocar a indisciplina entre os alunos/as. Esses estudos adotam uma perspectiva que não prioriza a análise das distinções de gênero que são produzidas na escola. Considera que estudar esses fenômenos de modo correlacionado implica propor questionamentos sobre o modo como estamos educando nossas crianças e adolescentes e sobre até que ponto e de que forma as práticas normatizadoras e as sanções disciplinares presentes na instituição educativa escolar, estão convergindo para a produção e definição de determinados padrões de comportamentos, como sendo especificamente femininos e masculinos.

Definir a violência na escola não é tarefa imediata, está ligada aos valores culturais subjacentes à população escolar que se investiga. Neste estudo, entende-se violência como invasão, violação dos direitos do semelhante, pressupondo uma relação de dominação de uma pessoa sobre a outra, ou sobre um grupo, sendo culturalmente alimentada entre os meninos no entorno familiar e em suas relações interpessoais.

Estudar-se-á o processo regulador na escola por meio do olhar de Foucault (2004), para quem os prédios escolares mais parecem prisões, que impõem aos corpos uma ordem uniforme, hierarquizada, à qual não há meio de fugir; são regras, controles, limites, punições, dominação imposta aos corpos como modelo disciplinar e normatizador. Todo esse controle é realizado sob o olhar vigilante e hierarquizado do corpo técnico que compõe a escola. Para Foucault, a disciplina é um tipo de poder utilizado para a

dominação dos homens. Nesse ambiente, a violência está presente ao dominar, limitar, padronizar o processo de desenvolvimento do aluno num local onde, supostamente, deveria desenvolver a sua autonomia, senso crítico e liberdade de expressão.

Outra forma de violência presente na escola é a simbólica. Segundo Bourdieu e Passeron (2004), a escola exerce o papel de agência reprodutora da cultura dominante. A violência simbólica representa o poder de impor significações sem o uso da força física e de forma dissimulada, escondendo sua face de violência e imposição. A ação pedagógica é um dos mecanismos pelos quais se impõe a cultura considerada dominante de forma sutil, reproduzindo não só os conteúdos historicamente construídos como também a estrutura das relações sociais entre dominantes e dominados, gerando um *habitus* durável, transferível e exaustivo.

A cultura da violência, adquirida extramuros, torna-se, no cotidiano escolar, elemento de sobrevivência e de demonstração de atitudes viris perante os demais. Expressa-se por meio de brigas, trocas de agressões, depredações ao imóvel, insultos a colegas, professores e funcionários. Nesse contexto, é marcadamente inerente aos rapazes que dela fazem uso para demarcar um campo, mostrar sua virilidade e força. Às meninas, na maioria das vezes, reserva-se o lugar de assistente e, por vezes, estimuladora dos atos violentos. São vítimas preferenciais, pois representam o lado fraco, possibilitando que espaços e intimidade sejam violados. São vitimizadas por piadinhas de mau gosto que afetam a sua honra e intimidade, têm seus corpos violados ao serem espionadas no banheiro ou bolinados; são vítimas preferenciais de furtos de objetos pessoais e, com frequência, recebem ameaças, chutes e pontapés.

As violências às quais são submetidas contribuem para sedimentar os papéis culturalmente definidos, cabendo à mulher o silêncio, a aceitação, a falta de reação, o comportamento passivo e omissivo que as impede de se posicionar contra os meninos.

No ambiente escolar, as questões inerentes ao gênero, entendidas como categoria de análise que pressupõe o estudo do feminino e do masculino, portanto relacional, conforme nos orienta Joan Scott (1993), emergem fortemente, uma vez que a violência se apresenta como demonstrativo de poder, de dominação de um indivíduo sobre o outro. Nesse processo, entende-se por gênero um cabedal de relações construídas pela cultura que usa a diferença biológica para fortalecer e consubstanciar desigualdades entre homens e mulheres. Procura-se ultrapassar essa compreensão de diferenças de ordem sexuais para entender-se gênero segundo um paradigma relacional, ancorado nas relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, independentemente da sua orientação sexual (SAFFIOTI, 2004).

No cotidiano escolar, são geradas imagens, representações que desencadeiam comportamentos e ações que provocam um sentimento de alteridade ao se verem no *outro*, ao terem o outro como referencial a ser seguido ou renegado, necessitando, portanto de uma reafirmação constante. Agnes Heller (2004) afirma que o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época e que as transformações históricas apenas mudam a cotidianidade, mas não exterminam os hábitos inerentes ao fazer humano, formado por pequenas construções, ações e gestos simples do dia-a-dia.

No aprendizado diário que ocorre nas diversas esferas da vida cotidiana, a escola adqui-

re relevância por tratar-se de ambiente formal onde conteúdos historicamente produzidos são colocados ao dispor do alunado com o intuito de formá-lo, de instruí-lo segundo os códigos sociais vigentes. Desse modo, conviver com a violência cotidiana da escola representada pelas agressões, palavrões e toda sorte de insultos implica num aprendizado forçado que, gradativamente, é transmitido ao entorno no qual o aluno vive.

Nesse sentido, Araújo (2004, p. 20) enfatiza que “[...] só tem sentido falar de violência humana se falar também de cultura [...]”, uma vez que só existe violência no contexto da interação humana, quando a agressividade apresenta-se como instrumento de um desejo de destruição, de poder sobre o outro. Desse modo, como todas as pessoas são, atesta Saffioti (2004), a história de suas relações sociais, a lenta e constante imposição do masculino como dominante na sociedade ocidental produziu o desequilíbrio entre as relações mais amplas entre homens e mulheres, criando antagonismos, imposições e desigualdades baseadas no exercício do poder do mais forte sobre o supostamente mais fraco elo da cadeia social. Por conseguinte,

[...] as identidades masculinas e femininas são socialmente construídas e devem ser desnaturalizadas, retirando-lhes a aparência de natural, ainda que o discurso com que se apresentem assim as designe, verificando que o status e o papel do homem e da mulher na nossa sociedade são independentes do sexo em si [...] (HEILBORN, 1990 *apud* GOLDENBERG, 1991, p. 42).

Observa-se que, no cenário escolar, ocorre um aprofundamento das relações de desigual-

dades entre meninos e meninas em decorrência da reprodução de preconceitos vigentes na sociedade que determinam papéis masculinos e femininos e valores que inferiorizam a mulher.

Nessa perspectiva, Cruz² (2001) considera que a utilização da categoria gênero constitui uma contribuição, significativa e oportuna, para análise de uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos; permite analisar os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam em distintos espaços da sociedade e que devem ser identificados para compreender suas repercussões, de forma diferenciada, nos diversos aspectos da vida dos indivíduos, de acordo com o sexo. O termo gênero é utilizado para sinalizar as características socialmente construídas que estruturam a definição do que é masculino e feminino. O núcleo dessa definição relacional reside em uma hierarquia de poder que estabelece os diferentes níveis de relações sociais existentes na sociedade, possibilita tornar visíveis as inquietudes, nos diferentes âmbitos, para estimular, assim, o conhecimento sobre as influências recíprocas entre as dimensões econômicas, políticas e cultural.

Nessa linha de reflexão, a distinção de gênero foi utilizada para designar o conjunto de construções sociais, que incluem as diversas formas e padrões de relações sociais, vinculadas à vida cotidiana, costumes, identidades, argumentos e senso comum que fazem referência às semelhanças e diferenças da conduta de homens e mulheres. O que o gênero é, o que as mulheres e os homens são, e os tipos de relações que acontecem entre eles não são, apenas, simples elaborações de dados biológicos, mas, em grande medida, produtos de processos culturais.

Assim sendo, Colombier (1989), enfatiza que a violência que as crianças e os adolescentes exercem é, antes de tudo, a que o seu meio exerce sobre eles, ou seja, elas reproduzem tudo aquilo que vivenciam num processo de resignificação sobre o real, tendo na mídia e nas novas tecnologias um dos elementos fomentadores de suas ações. Exposta às mensagens, a criança não tem mediação no lar, e, por isso, absorve como verdade o agir violento que é o modo que ela encontra para se fazer entender. Por conseguinte, tende a reproduzir na escola, entre os colegas, professores e funcionários, formas de ação apreendidas no seu cotidiano. Cria-se e fortalece-se, portanto, a cultura da violência contra a mulher.

Entende-se que a violência na escola não pode ser vista apenas como uma modalidade de violência juvenil, sua ocorrência expressa, segundo Abramovay (2003, p. 14), a

[...] interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego origem sócio-espacial, religião, escolaridade dos pais, *status* sócio-econômico) e o componente comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

2.3 Procedimentos metodológicos e dados preliminares do estudo da violência nas escolas

Em Sergipe, a violência das ruas gradativamente invade as escolas chocando os pais que se sentem inseguros em enviar seus filhos à escola. A violência na escola provocou maior impacto quando um adolescente de 14 anos golpeou com uma faca o peito do colega de 16, levando-o ao óbito³. Esse fato, que ocorreu na quadra de

uma escola estadual localizada na região metropolitana do município de Aracaju, provocou a mobilização do Ministério Público Federal e a intensificação das rondas da Companhia de Segurança Escolar (CSE).

Semanas depois, uma professora foi assassinada nas proximidades de uma escola da rede estadual ao reagir a um assalto. Casos de estupro nas imediações das escolas, uso de drogas, porte de armas e objetos perfurocortantes denunciam a vulnerabilidade e a insegurança a que estão expostos os/as jovens que freqüentam as instituições de ensino.

Uma das dificuldades encontradas em traçar um mapa da violência nas escolas de Sergipe é a ausência de registros sistemáticos. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica (SINTESE) não tem levantamento das ocorrências registradas nos últimos anos, baseia suas análises pelas informações coletadas dos professores que relatam um cotidiano de violências variadas na escola. A falta de dados concretos também é verificada nas secretarias municipais e estaduais de educação. Seus representantes encaram os casos de violência na escola como corriqueiros, ou seja, passíveis de ocorrer em qualquer lugar.

2.4 Possíveis caminhos da investigação

Investigar a violência e as representações de gênero no contexto escolar por meio da abordagem qualitativa encontra amparo em Minayo (1996). Segundo ela, trata-se de descobrir as características culturais que envolvem a existência das pessoas que participam da pesquisa, visto que, por intermédio delas, pode-se precisar os significados dos aspectos do meio, bem como derivar considerações importantes capazes de ampliar a compreensão do fenômeno. A elucidação da questão levan-

tada será possível pela técnica do estudo de caso, pois permite o exame, em profundidade, de um caso particular, porém representativo, e de outros casos análogos, por meio dos quais o pesquisador pode extravasar do particular para o geral (LA VILLE, 1999).

O campo empírico em que se dá a investigação é uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino, situada no município de Nossa Senhora do Socorro no Estado de Sergipe, Conjunto João Alves, próxima aos conjuntos habitacionais Marcos Freire I, II e III, e ao Fernando Collor, bairros considerados violentos pela população escolar. Optou-se por essa unidade de ensino pelo fato de encontrar-se localizada no município que, embora possua o terceiro Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado (0,696), apresenta indicadores sociais preocupantes no que se refere ao abastecimento de água tratada, iluminação pública, rede de esgoto, postos de saúde, asfaltamento de ruas, arborização, bibliotecas e áreas de lazer. Sobre um dos indicadores de violência no município, destaca-se que estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública aponta que, em 2004, o município ocupava a 181ª colocação em casos de estupros no Brasil, sendo que, em 2005, obteve a 32ª posição⁴. Esses dados preocupam a população, pois atestam o crescimento da violência contra a mulher.

Outro dado preocupante é o fato de muitos dos menores relatarem que recebem auxílio do programa do Governo Federal, o “Bolsa Escola”, mas que também trabalham vendendo doces, carregando compras, guardando carros e até com os pais para ajudar nas despesas de casa.

O estudo de caso abrange a população que freqüenta a escola. Oriundos desses bairros, os alunos estão na linha de pobreza, apresentam

carências das mais diversas, evidenciadas pelo vestuário e higiene corporal. A maioria dos pais abandonou a escola e tem no trabalho informal a sua fonte de renda. Em sua maioria, as crianças demonstram comportamentos agressivos para com colegas, professores e funcionários. Na escola, impera um clima de balburdia e desordem, pois o comportamento socializado parece ausente das suas dependências.

A escola atende a uma população de 1.370 alunos/as nos três turnos, assim distribuída: no matutino, crianças a partir da faixa etária de seis anos de idade com aulas na Educação Básica que vão da alfabetização à 4ª série. Pela manhã, também funcionam os programas “Seliga” e “Acelera”, mantidos pelo Instituto Ayrton Senna numa parceria com o governo do Estado de Sergipe, ambos com o objetivo de corrigir a distorção idade/série de ensino. À noite, o público-alvo da escola são pessoas acima dos 16 anos de idade que freqüentam o programa “Educação de Jovens e Adultos”.

A fonte primária serão depoimentos dos sujeitos que compõem o cenário escolar: alunos/as, professores/as, funcionários/as, equipe técnica, coordenadores/as e diretora. Questionários, entrevistas, observação, análise de documentos, gravações e anotações em diário de campo constituirão os instrumentos de coleta de dados. Após categorizar as informações coletadas, proceder-se-á a análise do conteúdo, buscando a essência da substância do contexto, nos detalhes dos dados disponíveis no roteiro oferecido por Bardin (1977) que vê nas diversas formas de expressão da linguagem o modo pelo qual as mensagens são transmitidas, realizando assim, o tratamento das informações contidas nestas mensagens.

As entrevistas preliminares com a equipe técnica revelam que as ocorrências estão dis-

tribuídas entre o turno matutino e vespertino, abrangendo alunos/as na faixa etária dos oito aos quinze anos. Esses dados compatibilizam-se, em parte, com os fornecidos pela Companhia de Segurança Escolar que indicam a faixa etária entre doze e dezoito anos como a que mais demanda ocorrência. Observa-se que a escola não mantém uma sistematização no registro dos fatos – apenas, no turno vespertino, adota-se esse procedimento –, o que dificulta estabelecer um perfil das expressões de violência, bem como os encaminhamentos adotados pela escola. Na avaliação das coordenadoras de ensino, as violências são praticadas pelos meninos que se utilizam da força física para coagir, bater, intimidar aqueles que consideram *mais fracos*: meninas e aqueles que apresentam alguma característica considerada como diferente – cor, sexo, comportamento, aparência física, etc. – são os mais estigmatizados. Entretanto, apontam que tem aumentado o número de meninas que se envolvem em brigas e reagido às ações violentas praticadas pelos meninos.

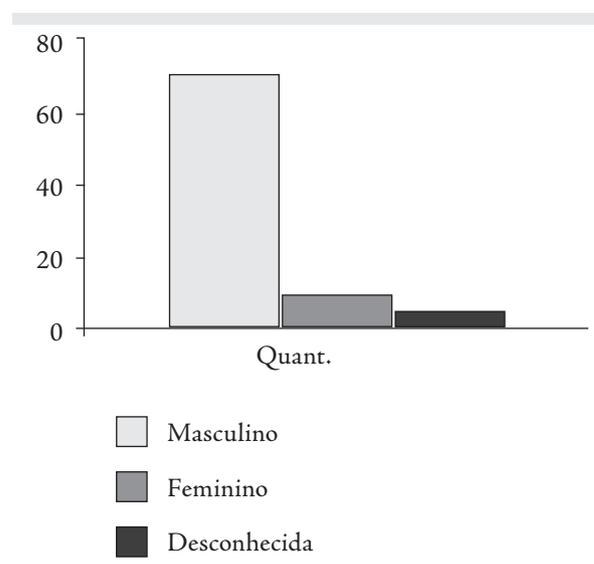


Gráfico 1: Sexo dos envolvidos nas ocorrências
Fonte: CSE – 2006.

O gráfico apresentado, com base em dados coletados pela Companhia de Segurança Escolar (CSE), assim como o depoimento do comandante da referida Companhia, sobre as ocorrências mais frequentes na escola e sobre quem são suas vítimas, colaboram para um conhecimento preliminar do fenômeno da violência na escola, indicando a prevalência do sexo masculino nas ações violentas, o que nos aproxima do referencial teórico consultado por meio da identificação da violência, tendo o gênero como uma das categorias de análise.

As ocorrências mais frequentes registradas pela CSE são situações consideradas como indisciplina em que o aluno/a não quer obedecer às normas da escola, obrigando a equipe diretiva a solicitar ajuda do efetivo policial. Brigas e uso de drogas, seguidos de arrombamentos e depredação do prédio escolar aparecem em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Para o Comandante,

[...] a escola não tem ensinado ao alunado a necessidade de obediência às normas e regras, não tem feito o seu trabalho de ensinar os fundamentos básicos do viver em sociedade e não está preparada para o enfrentamento da violência no seu dia-a-dia.

A fala do comandante da CSE aproxima-se bastante do referencial consultado, revelando a falência da escola ao não cumprir o seu papel de educar para a obediência às normas e regras necessárias ao viver em sociedade. Desse modo, a função sancionadora da escola (FOUCAULT, 2004), é substituída pela ação policial. Encontra apoio em Arendt (1994), quando esta afirma que a violência representa a ausência do poder, do agir em conjunto, que deveria ser contemplado

pela equipe técnica por meio da orientação explicitada no Regulamento Interno e no Projeto Pedagógico da unidade de ensino em análise.

Um outro aspecto por ele apontado é que

[...] estas crianças e adolescentes são oriundas de um meio em que a família está fora dos padrões estabelecidos: geralmente o pai está desempregado, bebe, bate na mulher e nos filhos; a mãe trabalha ou se prostitui e a criança vive num ambiente em que a educação informal já vem deturpada, com valores diferentes daqueles que ela vai encontrar na escola.

Afirma que “a cultura que o aluno trás do meio em que ele vive irá se refletir nos contatos que mantém na escola, no modo como age entre os colegas, professores e grupos dos quais faz parte”. Portanto, a cultura (SAFIOTTI, 2004; COLOMBIER, 1989) é uma categoria basilar a ser investigada para a elucidação das expressões de violência na escola. Investigar valores e o contexto em que esses jovens são formados implica compreender a sua base cultural e a possibilidade de oferecer propostas que venham a alterar, gradativamente, o seu comportamento na escola e na sociedade como um todo. Salienta que a escola é local que atrai violência e drogas, pois o jovem é “presa fácil” a ser incorporada ao mundo da contravenção. Para ele, “a violência não está apenas na escola, vem de fora, da sociedade, materializando-se tanto na escola pública como na particular”.

O comandante não é a favor da permanência ostensiva da polícia na escola, considera que o policial armado pode gerar no imaginário do jovem várias situações, inclusive a do medo da autoridade, quando deveria aprender o respeito.

É de opinião que “a prevenção é o meio educativo capaz de diminuir os casos de violência”. Entende-se, porém, que isso só poderá se efetivar pelo envolvimento e comprometimento da comunidade escolar com o enfrentamento da violência, tendo nas relações de gênero um dos pilares de análise.

3 Considerações finais

A escola contemporânea encontra-se diante de desafios urgentes, sendo a violência um deles. Sposito (2006) considera que a escola, enquanto campo de conflitividade, que configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto, deve ser investigada e submetida à crítica, a qual só poderá ocorrer por meio da pesquisa e da identificação dos pontos nevrálgicos a serem discutidos, de modo que a escola realize sua função primária: formar jovens para o exercício da cidadania. Portanto, o envolvimento da escola no entendimento e na adoção de práticas pedagógicas que considerem a violência no manejo dos conflitos é indispensável à formação de novos estilos de masculinidade não-violentos e equânimes em relação ao feminino e às minorias sexuais com vistas à formação para a cidadania plena.

Violence and representations of gender in school quotidian

The violence in the school is linked to the relations of gender, because, generally, it is practiced by boys directed to girls, evidencing the violent masculinity. To reveal, under the perspective of gender, the expression of the violence in the school quotidian, the im-

plications/obstacles in the construction of the identity of gender and the absolute citizenship of students from state schools; this is the aim of this study. The “study of case”, the participant observation and the half-structured interviews, accomplished with the intentional non-probabilistic sample, amplify the comprehension of the phenomenon, yonder to contribute to the construction of the identity of gender of the studied school students. Partial results reveal, in the first grades of elementary school, representations of gender which stimulate the violence against the girls. The involvement of school in the comprehension of this question and the adoption of pedagogical practices that consider the violence in the management of the conflicts are considered fundamental factors for the formation of stiles of non-violent masculinity and equanimous in respect to female and sexual minority.

Key words: Citizenship. Culture. Gender. School quotidian. Violence.

Notas

- 1 ABRAMOVAY, 2003.
- 2 CRUZ, 2001.
- 3 Jornal da Cidade, 9 de março de 2006: “Estudante de 14 anos mata colega de 16 dentro de escola no Bugio”.
- 4 Notícia veiculada no Jornal da Cidade de 8/9 de outubro de 2006, Caderno B4 – Aracaju-SE.

Referências

ALVES, Amy A. C. de F.(Org.). *De gente a gente só tem o nome: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

- ARAÚJO, Carla. *A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Delumará, 1994.
- ABRAMOVAY, Miriam (Org.); RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas (versão resumida)*. Brasília, DF: UNESCO; REDE ITÁGORAS; Instituto Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAID; Fundação Ford; CONSED; UNDINE, 2003.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- CANDAU, Vera M.; LUCINDA, Maria da C.; NASCIMENTO, Maria das Graças. *Escola e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CRUZ, Maria Helena S. Apresentação. In: ALVES, Amy Adelina Coutinho de F. (Org.). *De gente agente só tem o nome. A mulher no sistema penitenciário em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2001.
- COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. *A violência na escola*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v.1.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOLDENBERG, Mirian. *Ser homem, ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LA VILLE, L.; DOMME, Jean. Em busca da informação. In: *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MICHAUD, Yves A. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1999.
- MOREIRA, M. de Fátima Salum; SANTOS, Lílian Piorkowsky. Indisciplina na escola: uma questão de gênero? In: BRABO, Tânia S. M. (Org.). *Educação em Revista*, UNESP, Marília, n. 03, 2002.
- MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.
- PAIVA, V. Violência e pobreza: a educação dos pobres. In: ZALUAR, A. (Org.) *Violência e educação*. São Paulo: Livro do Tatu/ Cortez, 1992.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.
- SPOSITO, Marília Pontes. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>>. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Acessado em: 20 jun. 2006.
- ZALUAR, Alba (Org.). *Violência e educação*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.